

# Revista **Humanitá**

Fundação 1º de Maio • Fevereiro 2019 • Edição 2



## Tecnologia

Aplicativos de participação, prestação de contas e cobrança dos governantes

## Política

Democracia representativa: estágio atual e como desenvolvê-la

## Fakenews

O que temos a ver com isso?



[www.fundacao1demaio.org.br](http://www.fundacao1demaio.org.br)

A Revista Humanitá é uma publicação da Fundação 1º de Maio. Os textos assinados não representam necessariamente a opinião da instituição, e as ideias e informações contidas neles são de responsabilidade de seus autores.

Coordenador do projeto: **Diógenes Sandim**

Colaboradora: **Adriana Peres**

Jornalista responsável: **Edna Aparecida Viana MTB 43456/SP**

Revisão: **Agência + Conteúdo**

Projeto Gráfico e Diagramação: **Agência Frutífera**

**Endereço para correspondência:**

Rua Antônio Tavares, 173 • Cambuci • CEP: 01542010

São Paulo/SP • Brasil.

Fone: (55 11) 3207.1210

# Editorial



**Samanta Costa**  
*Presidente da Fundação 1º de Maio*

**E**sta edição da Humanitá tenta responder alguns questionamentos levantados ao longo de 2018 e, principalmente, durante as campanhas eleitorais. A democracia no País continuará de pé? A presença de mulheres na política resultará na redução da desigualdade? Quais os impactos políticos e sociais do uso massivo de mídias digitais, no Brasil e no mundo?

Como pensar em um novo Brasil?

Guilherme Martinelli, diretor executivo da Fundação 1º de Maio, jornalista e especialista em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, se debruça sobre autores clássicos nos estudos sobre Democracia, como Schumpeter e Dahl, para pensar no estágio democrático brasileiro, ou melhor, se estamos construindo uma democracia de qualidade.

Como afirma Kinzo, a presença de desigualdades prejudica as possibilidades de contestação pública, o que, por sua vez, abala as estruturas democráticas. Então, como pensar na presença de mulheres na política, sendo que o Brasil está em 152º num ranking de 190 países, que mede a quantidade de participação feminina no parlamento. A advogada Denise Neri, partindo dessa premissa, analisa as regras recentes de investimento em candidaturas de mulheres e sua atuação no Congresso Nacional. Isso poderá resultar em redução da desigualdade de gênero no País?

Isabela Melo, mestranda em Comunicação e Temporalidades pela Universidade Federal de Ouro Preto, que teve seu texto escolhido para participar desta edição, nos traz uma reflexão no âmbito municipal, sobre o remodelamento das sociabilidades dos cidadãos a partir do uso do Facebook - em outras palavras, como a relação dos cidadãos com a política foi alterada com a chegada dessa rede social?

Rogério Pelizzari, doutorando e mestre em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e consultor na área de Comunicação Pública, e Gustavo Padovani, jornalista, mestre em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos e especialista em Gestão em Marketing pela Faculdade Getúlio Vargas, se aprofundam em duas questões que ganharam visibilidade em 2018: fake-news e mobilização social. Como a Internet alterou a maneira das pessoas participarem politicamente e consumir informação? Quais os impactos para a política brasileira?

Por fim, Diógenes Sandim, médico sanitário e coordenador institucional da Fundação 1º de Maio, analisa alguns paradigmas que embasaram a sociedade ocidental e em que aspecto eles falharam. A partir disso, Sandim propõe uma maneira diferente de olhar o mundo, sob uma lógica de cooperação e solidariedade. Ele nos convida a refletir sobre a construção de um Estado Solidário.

Boa leitura!

# Sumário

06

A Democracia está morta!  
Vida longa à Democracia

Mulheres, política e representatividade:  
a necessidade de políticas públicas que  
rompam com lógicas de opressão

16

22

Política e Tecnologia:  
uma abordagem sobre o remodelamento  
da sociabilidade em municípios, por  
meio da rede social Facebook

32

A prática política na lógica das redes

A busca do estado solidário

27

Atividade política,  
sociedades digitais, crises  
e a vez do disruptivo

37

# A Democracia está morta!

## Vida longa à Democracia

Por Guilherme Martinelli -  
Jornalista, especialista em  
Globalização e Cultura e Diretor  
Executivo da Fundação 1º de Maio

Incapacidade de diálogo, hostilidade e polaridade política, dificuldade de apresentar propostas claras, falta de empatia e representatividade nas estruturas políticas. A Democracia do Brasil passa por uma crise ou já está morta?

Para responder essa questão, precisamos olhar um pouco para nosso passado e entender o que é democracia e como ela se estabeleceu como sistema de organização política de nossa nação.



Manifestantes protestam no Congresso Nacional contra a corrupção, por melhorias no transporte, saúde e educação.

17 de junho de 2013  
– Valter Campanato/ABr  
– Agência Brasil



Como muitos cientistas sociais e especialistas já disseram: “democracia é um termo complexo”. A literatura sobre o tema é vasta e não seria possível, nas breves linhas a seguir, dispor de uma explicação de seus diversos instrumentos, alcance ou estrutura. Assim, de maneira breve e concisa, tentarei expor conceitos básicos que sirvam de ponto de partida para que possamos responder as perguntas dispostas no primeiro parágrafo e, efetivamente, tentar elucidar se o problema com a democracia representativa,

assim como com as araras-azuis ou o incêndio no Museu Nacional, é mérito exclusivamente brasileiro.

Procurando no dicionário, a definição de democracia é basicamente “governo do povo”. Entender o que isso significa é o primeiro passo para compreender nossa estrutura política. Porém, aí também está a “pegadinha”: como definir “governo” e como definir “povo”? Existem algumas visões diferentes sobre esses conceitos e sua aplicação empírica (também conheci-

da como mundo real), dessa maneira, acredito ser pertinente iniciarmos a discussão a partir de como o assunto é abordado pelos três maiores nomes no estudo da teoria da democracia do século XX e seus respectivos marcos conceituais: Joseph Schumpeter (Capitalismo, Socialismo e Democracia), Giovanni Sartori (A Teoria da Democracia Revisita - o Debate Contemporâneo) e Robert Dahl (Poliarquia: Participação e Oposição).

Para muitos, Schumpeter deu o pontapé inicial na teoria democrática contemporânea. Sua principal obra consiste em uma crítica ácida do que o autor define como “doutrina clássica da democracia”. A doutrina clássica seria “o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através das eleições de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo”. O ponto fraco dessa teoria consistiria em sua total dependência de mitos ou inverdades que não apresentam qualquer conexão com a realidade na sociedade moderna: o “bem comum” e a “vontade do povo”. Nesse sentido, Schumpeter destaca que não há nada na realidade empírica que possa ser identificado como bem comum ou vontade popular, por exemplo. Ao menos, não na magnitude expressa na “doutrina clássica”, ou seja, a democracia como pensada até então tem uma “falha” estrutural gritante.

A teoria de Schumpeter enfatiza a democracia enquanto método político e não como um arcabouço de desenvolvimento de ideias. Por método político, Schumpeter entende um “arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas”. Para ele, o papel da participação popular no governo democrático se limita ao sufrágio universal, ou seja, participar é votar para a escolha dos representantes, nada mais. Ele diz ainda que, neste método, os “indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos livres da população”. O método

eleitoral é tomado como critério porque se mostra como único disponível a comunidades de qualquer tamanho na condução dessa “competição livre” dentro dos regimes democráticos. A função dos eleitores nestes regimes é produzir um governo, ou seja, aceitar um líder ou grupo de líderes e também desapossá-lo - retirar sua aceitação nas urnas. As rédeas do governo, por sua vez, devem ser dadas àqueles que têm mais apoio na competição pelos votos.

Basicamente, Schumpeter compreende a democracia como um regime no qual o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governar - estes são escolhidos mediante o maior apoio junto ao eleitorado. É importante dizer, no

entanto, que, para Schumpeter, alguns desvios do princípio da democracia estão atrelados à presença de interesses organizados, ou seja, meios privados são frequentemente usados para interferir no funcionamento do mecanismo da liderança competitiva na hora do voto ou no processo eleitoral.

Já para um dos outros autores, Sartori, o “povo” é dividido em maioria e minoria por um processo de tomada de decisão, apesar disso, a totalidade do povo é a soma da maioria mais a minoria. Por meio desse princípio não é possível conceder o poder total a qualquer uma dessas duas partes. Além disso, ele entende que as democracias de hoje possuem três pontos essenciais: poder limitado da maioria, procedimentos eleitorais e transmissão

“

**Já para um dos outros autores, Sartori, o “povo” é dividido em maioria e minoria por um processo de tomada de decisão, apesar disso, a totalidade do povo é a soma da maioria mais a minoria.**

do poder dos representantes. Segundo ele, as eleições nasceram como ferramenta de seleção no sentido qualitativo do termo. Com o tempo, a ênfase quantitativa tomou o lugar da qualitativa, tornando “a democracia um regime cuja má seleção parece inevitável”.

Sartori também entende que as políticas em si, oriundas desse sistema democrático, extrapolam a competência do indivíduo ao serem coletivizadas. Toda coletividade organizada se submete às decisões também coletivizadas, embora essa prática não seja sempre regra. A partir daí sua principal questão é: quando e como devemos coletivizar um conjunto de decisões? O autor cria um método para responder essa pergunta baseado em custos internos e riscos externos e intrinsecamente ligado ao número de pessoas no órgão responsável por essas decisões.

Todo o conceito de democracia de Sartori recai então sobre o prisma de várias unidades formadoras dos processos de tomada de decisão, que ele chama de comitês. Um ministério, um governo, o congresso, todas essas instâncias seriam comitês dispostos na mecânica de riscos e custos e intrínsecas à execução - e desempenho - do processo democrático.

Diferentemente do Schumpeter, Sartori vai além da democracia como ferramenta e adentra o campo das propostas, das soluções e dos mecanismos políticos dentro desse regime.

“

**Já para Dahl o aumento progressivo de dois elementos - contestação pública e inclusividade - caracterizam o processo de democratização. O direito de voto, em eleições livres, por exemplo, participa dessas duas dimensões, pois estimula a contestação pública e, simultaneamente, torna o regime inclusivo com a proporção de pessoas votantes.**

Já para Dahl o aumento progressivo de dois elementos - contestação pública e inclusividade - caracterizam o processo de democratização. O direito de voto, em eleições livres, por exemplo, participa dessas duas dimensões, pois estimula a contestação pública e, simultaneamente, torna o regime inclusivo com a proporção de pessoas votantes. Assim, contestação pública e inclusividade transformam-se em dois critérios para a classificação dos regimes políticos também.

Em “Poliarquia: Participação e Oposição”, ele tem por proposta saber quais circunstâncias aumentam significativamente as possibilidades de contestação pública e de poliarquia. É importante dizer que ele diferencia os termos democracia e poliarquia a fim de evitar confusões. Para ele, poliarquia entende os regimes relativamente democratizados, ou seja, dotados de caráter inclusivo e aberto à contestação pública. Já o termo democracia é encarado como um sistema político

que tem, em suas características, a qualidade de ser inteiramente ou quase inteiramente “responsivo” a todos os seus cidadãos. Nesse sentido, democracia representa o tipo ideal e o termo poliarquia se refere aos regimes democráticos efetivamente existentes com todos os seus problemas.

Também é importante destacar, nessa análise mais contemporânea, que Dahl já nos conduz a uma linha de pensamento, na qual o sistema democrático representativo e “responsivo” aos cidadãos ainda não foi alcançado, ou ao menos não totalmente, e nossa tentativa de torná-lo real se apresenta nas mais diversas formas de poliarquias pelo mundo. Nem todos efetivos ou satisfatórios. Poderíamos dizer, que por essas duas dimensões apresentadas por Dahl, vivemos em uma poliarquia no Brasil.

Na poliarquia, diz o autor, é maior o número de indivíduos, grupos e interesses, cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas por causa da maior participação das pessoas. Essa situação acaba por criar novas possibilidades de conflito em decorrência dos governantes estarem suscetíveis a uma “substituição” pelos grupos incorporados ao processo político. A oposição entra em conflito com o governo e seus grupos para ver seus interesses atendidos nas políticas de Estado, enquanto os governantes tentam barrar qualquer mudança dos seus objetivos - um constante cabo de guerra. Quanto maior o conflito entre governo e oposição, mais provável o esforço de cada parte para negar uma efetiva oportunidade de participação à outra nas decisões políticas. Dessa forma, mais difícil se faz a tolerância de um grupo com outro e mais complicado fica, para quem não acompanha de perto, apreender esse processo democrático.

Dahl, no entanto, destaca a importância dos efeitos da poliarquia, dentre eles: a manifestação sem o temor de censura ou represália, o voto secreto, a possibilidade de formar organizações políticas, exercer oposição ao governo etc. Outro efeito é o desenvolvimento das organizações partidárias oriundo da competição pelo poder - o que, por sua vez, estimula a participação dos cidadãos.

“

**A democracia representativa, guardada as devidas diferenças nos três autores, aparece como a fórmula mais eficaz de resolução dos conflitos nas nações modernas e, embora muito se fale ultimamente dos limites da nossa democracia, nenhum outro método de tomada de decisões conseguiu resistir à prática política do real. Ou seja, a democracia, até agora, é o melhor sistema político que temos - ou que conseguimos fazer “executável” no mundo real.**

Não posso deixar de destacar, na teoria apresentada por Dahl, a alegação de que “a sociedade deve ter baixo índice de desigualdade”. Segundo ele, uma situação de desigualdade extrema torna vulnerável a poliarquia porque provoca um descomprometimento dos grupos com o regime. Anotem aí, vamos voltar a falar disso em um instante.

O ponto de convergência desses três nomes importantes, do início do século XXI, é o início de uma série de críticas e descontentamento quanto a efetividade do funcionamento da democracia representativa. Giovanni Sartori, Robert Dahl e Joseph Schumpeter contribuíram para o debate com teorias e ideias no sentido de tratar a democracia em sua modalidade empírica, ou seja, aquela que sobreviveu ao mundo real. A democracia representativa, guardada as devidas diferenças nos três autores, aparece como a fórmula mais eficaz de resolução dos conflitos nas nações mo-

dernas e, embora muito se fale ultimamente dos limites da nossa democracia, nenhum outro método de tomada de decisões conseguiu resistir à prática política do real. Ou seja, a democracia, até agora, é o melhor sistema político que temos - ou que conseguimos fazer “executável” no mundo real.

Há pelos menos 50 anos, estudiosos debruçados sobre a democracia e suas estruturas já identificavam que nosso sistema está longe de ser perfeito: seja pela capacidade de grupos específicos influenciarem o processo, como descrito por Sartori, ou pelas complicações apresentadas no dia a dia das poliarquias, em especial, o fator das desigualdades contribuirão para o desequilíbrio do sistema, como apontado por Dahl. Como se não bastasse todo esse diagnóstico, sabemos que nossa democracia, em especial, tem características muito específicas que também merecem um olhar atento.

Segundo a professora Maria D’Alva G. Kinzo, pós-doutora em Ciências Sociais, a presença de desigualdades no Brasil prejudica as possibilidades de contestação pública, não apenas em função do acentuado desequilíbrio na distribuição de conhecimento e recursos políticos, como também do eventual surgimento de ressentimentos e frustrações que acabam corroendo a lealdade da população com a democracia.

No Brasil, o âmbito de democracia, as eleições e os partidos políticos são considerados elementos fundamentais. Segundo Kinzo, o papel das eleições no sistema político é aqui considerado um elemento essencial no governo representativo, uma vez que a participação ou, na terminologia adotada por Dahl, a inclusão política esteja assegurada aos membros do “ processo político”. É também um meio pelo qual ganha expressão a correlação de forças dos diferentes grupos políticos, na medida

“

**No Brasil, o âmbito de democracia, as eleições e os partidos políticos são considerados elementos fundamentais. Segundo Kinzo, o papel das eleições no sistema político é aqui considerado um elemento essencial no governo representativo, uma vez que a participação ou, na terminologia adotada por Dahl, a inclusão política esteja assegurada aos membros do “ processo político”.**

em que a competição entre eles, organizados em partidos políticos, esteja garantida (a dimensão de Dahl de contestação pacífica).

Ou seja, as eleições possibilitam, não apenas a alternância de maiorias no poder, mas também a realização de dois requisitos de um governo representativo, segundo a autora. Primeiro, representatividade, ou seja, que o Legislativo dê expressão à diversidade da política e, segundo, responsividade, que envolva tanto a noção de um governo agindo em resposta às demandas da população, como a ideia de eficiência e competência desse governo no que diz respeito a questões que envolvem a prestação de contas à população.

Embora a representatividade possa ser assegurada pela implementação de um sistema eleitoral que permita a expressão da diversidade social e política do eleitorado em uma arena representativa, a responsividade é uma questão muito mais complexa. Sua efetividade depende, em grande parte, das condições de participação, bem como da facilidade de acesso e inclusão no processo da competição eleitoral.

Um rápido exame do panorama político brasileiro da atualidade nos permite afirmar que o regime ganhou características nítidas de uma democracia nas últimas décadas, segundo aponta Kinzo. Se tomarmos como ponto de referência as duas dimensões de poliarquia propostas por Dahl, o Brasil certamente aprimorou as condições de participação e contestação pública. Com respeito à primeira dimensão – a da inclusão – nota-se um avanço considerável nas condições de participação política. Destaca-se o crescimento expressivo do número de eleitores potenciais em consequência da universalização do direito de voto, estabelecida com a inclusão dos analfabetos em 1985. Direito esse que se ampliou ainda mais com a Constituição de 1988, reduzindo para 16 anos a idade mínima para votar.

No que se refere à segunda dimensão de Dahl – contestação pública – os avanços foram igualmente significativos, se compararmos com o período democrático entre 1945 e 1964. Nesse período, a competição política era limitada não apenas pelo baixo grau de aceitação das regras do jogo

– cujos sinais mais visíveis foram as diversas tentativas de intervenção militar – mas também pelas restrições ao direito da oposição competir livremente. Vale lembrar que o Partido Comunista, que entre 1945 e 1947 teve um significativo desempenho eleitoral nas áreas industriais do País, passou a ser considerado ilegal a partir de 1947, permanecendo fora da política partidária até 1985. Desde o restabelecimento do governo civil em 1985, o Brasil confrontou-se com uma sucessão de problemas econômicos e políticos graves e, segundo a professora Kinzo, a “inexistência de qualquer tentativa de responder a essas crises ultrapassando os limites da ordem constitucional revela uma maior aceitação e, de certa forma, a consolidação das regras democráticas”. Além disso, ela ressalta que a existência de organizações políticas, sindicatos e movimentos sociais com orientação ideológica ou base social diversas evidencia uma maior tolerância com a oposição. O mesmo se pode dizer em relação à incorporação, no sistema político, dos partidos de esquerda – hoje, competidores reais na disputa eleitoral e participantes efetivos no processo decisório.



**Um rápido exame do panorama político brasileiro da atualidade nos permite afirmar que o regime ganhou características nítidas de uma democracia nas últimas décadas, segundo aponta Kinzo.**



**Ainda segundo Abranches, o que distinguiria o presidencialismo de coalizão seria esse critério particular usado para a formação da base parlamentar de apoio ao presidente: o fato dela não ser estritamente partidária.**

Então, por que, apesar desses avanços, a população sente que existe algo de errado com o sistema político brasileiro? Vale, nesse momento, estender o olhar um pouco sobre as peculiaridades do nosso sistema político. No final da década de 1980, Sérgio Abranches, definiu o conceito que ilustra o principal arranjo democrático brasileiro: o presidencialismo de coalizão.

“O Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, ‘presidencialismo de coalizão’”

Mas o que isso significa? Na prática, que nosso sistema de presidencialismo não é um presidencialismo cru, que consegue operar plenamente por si. Mas sim, uma organização caracteri-

zada pela dinamicidade e instabilidade ligada diretamente a maneira como os partidos e blocos políticos se organizam e sua relação direta com o bloco político “no poder”, na figura do presidente. Como um verdadeiro móvel, os diversos interesses orbitam em torno dos grupos políticos com maior ou menor poder de ação e são negociados (ou tornados inegociáveis) numa relação que nem sempre é explícita e, na maioria das vezes, não é transparente ou clara para a população que não acompanha de perto esses embates. Há quem já tenha apelidado nosso modelo de presidencialismo de gabinete, já que seriam nesses espaços do poder, ocupados por altos funcionários do governo brasileiro, políticos e seus representantes, que a maior parte das negociações se daria. Para além disso, seria também por meio de trocas e indicações para gerir pastas, autarquias e órgãos governamentais que são realizadas as alianças dessas coalizões.

Vale ressaltar que, em outros países, um dos critérios para as discussões e negociações capitaneadas pelos representantes escolhidos democraticamente pelo povo é a ideologia partidária, ou seja, as posições amplamente defendidas pelas agremiações partidárias neste ou naquele tema. Porém, em um universo de 34 partidos e com alto índice de mudanças e trocas de legendas por seus integrantes – inclusive, muitos trocam como quem troca de roupa, em geral – a política brasileira é definida por situações nas quais as orientações partidárias são relevadas a segundo plano diante das intenções dos indivíduos eleitos e/ou das coalizões que eles representam. Muitas vezes, dentro de um mesmo partido, existem diversos grupos heterogêneos com ideias diferentes sobre o mesmo conceito. O que é salutar do ponto de vista do debate e da diversidade, mas causa transtornos na hora de definir uma bandeira partidária ou de ter essa bandeira defendida por seus representantes nos espaços de poder.

As coalizões e grupos, muitas vezes, também tem orientação geográfica, funcionando de maneira diferente – sinérgica ou não – nas instâncias municipais, estaduais e federais. Ainda segundo Abranches, o que distinguiria o presidencialismo de coalizão seria esse critério particular usado para a formação da base parlamentar de apoio ao presidente: o fato dela não ser estritamente partidária.

A necessidade de atender ao critério regional, se deve à heterogeneidade social do País, ao federalismo e ao poder dos governadores (o que tem ligação direta com a desigualdade apontada por Dahl). Sendo compostas

dessa forma, conclui-se que, a despeito de necessárias, as coalizões seriam ineficientes, incapazes de apoiar agendas consistentes de governo. A coalizão, portanto, entra na definição do conceito não como solução, mas como expressão das dificuldades enfrentadas pelo presidente para governar. Dessa maneira, presidentes sempre seriam forçados a formar coalizões para governar, mesmo se seu partido fosse majoritário, por mais estranho que pareça.

Agora, com um pouco mais de arcabouço teórico, conseguimos perceber alguns pontos importantes: a democracia, ou poliarquia, nasce como melhor método de governo possível, no sentido amplo de criar um conceito que possibilite o “governo pelo povo”, porém, com algumas falhas e deficiências - que podem ser agravadas por

características diversas - apontadas de diferentes maneiras por diferentes autores - mas que destacarei aqui, em especial, sob o espectro da desigualdade, apontado por Dahl.

Somados aos pontos anteriores, entendemos as características do Brasil, em especial, como um País de proporções e desequilíbrios continentais com uma tradição política democrática, porém, marcada pela instabilidade e dificuldade de conciliar interesses coesos de grupos que, efetivamente, representem e sejam responsivos aos cidadãos que os elegeram.

Assim é mais fácil perceber que, sim, há algo errado com nossa democracia. Talvez, ainda mais distante do tipo de governo que queremos, dadas as características intrínsecas do processo dos espaços de poder - eleitoral

e político no Brasil. São esses motivos que vem, de maneira mais acelerada nos últimos anos, causando uma falta de empatia, no mínimo, e desassociação, no máximo, da população com seus representantes ou mesmo com o sistema político. Se colocarmos nesse bojo fenômenos sociais como as jornadas de julho de 2013, a crescente judicialização da política e todo o processo envolvendo as eleições de 2014, além do impeachment da presidente Dilma e o tumulto disposto nas eleições de 2018, poderemos dizer que nossa democracia está avançando ou retroagindo?

Correndo o risco de errar muito, diria que, provavelmente, as duas coisas. A nossa democracia se fortalece quando, de maneira inédita na história recente, políticos de diversos pontos do espectro partidário chegam a perder seus mandatos e são presos por crimes de corrupção. Claro, estou tratando aqui daqueles que realmente cometeram crimes com um processo judicial devidamente embasado em provas. Isso fortalece nossa democracia e o processo, apontado por Dahl, da contestação clara e livre. Porém, nosso processo democrático também se enfraquece com a judicialização excessiva da política ou quando diuturnamente instituições como o Supremo Tribunal Federal são responsáveis por decisões-chave que afetam o futuro político do País. Teoricamente, essas deveriam ser as “menores” questões discutidas na corte máxima.



**Assim é mais fácil perceber que, sim, há algo errado com nossa democracia. Talvez, ainda mais distante do tipo de governo que queremos, dadas as características intrínsecas do processo dos espaços de poder - eleitoral e político no Brasil.**

A cada passo que damos amadurecendo nossa democracia, partindo de um ponto de vista histórico, de participação e de inclusão no processo político, também seguimos um pouquinho para trás - desnudando grupos ou ideologias extremas que até então se mantinham sorrateiramente escondidos sob o véu do desconhecimento. Acirramos disputas minoritárias que tiram o foco de disputas maiores e mais importantes e damos espaços para aberrações políticas, como certos candidatos à presidência da República, que cooptam uma população cansada de tanto descaso por parte do nosso Estado por meio de propostas vazias e sem nenhuma conexão empírica. Tudo isso faz parte do processo democrático e, acredito, do efetivo amadurecimento de uma democracia tão jovem como a nossa.

Enquanto participamos cada vez mais para transformar o Brasil, os grupos hegemônicos e elites que se mantêm no poder nos últimos 500 anos continuam - e de maneira cada vez mais intensa, exacerbada e/ou desesperada - fazendo o possível para manter o status quo de uma processo político fraco, aleijado, que só atende a parte dos interesses da população. Normalmente, a parte de quem tem mais dinheiro ou poder e poucas - poucas vezes - de quem precisa de mais atenção ou mais voz.

Dessa maneira, acho sensato dizer que nossa democracia, evidentemente, é falha - não só pela maneira como foi construída no Brasil - mas também no amplo espectro que muitas democracias (ou poliarquias) assim o são. Mas também, até então, é o melhor método construído pela humanidade para um governo para muitos. Existem muitas coisas que precisam ser corrigidas e esse processo, ao meu ver, deveria começar justamente por políticas e ações que ataquem o mais cruel dos desequilíbrios no Brasil: a desigualdade social. Enquanto assim o fazemos, seguimos, apesar das turbulências, rumo ao um País mais justo e com um processo democrático mais forte, inclusivo e transparente.

O que não podemos, em nenhuma hipótese, é esmorecer diante dessas dificuldades em tela que podem se agigantar cada vez que seguimos à frente. Como diz o sábio ditado popular: “quanto mais perto da luz maior é a sombra que projetamos”. Que nós possamos continuar o debate e trazer mais e mais ferramentas para direcionar nossa poliarquia rumo a democracia responsiva que todos - tenho certeza - queremos.

Para isso, por mais paradoxal que seja, precisamos continuar fazendo política. A exemplo dos antigos monarcas, usurpemos o mote - não de hereditariedade e da tirania - mas sim da continuidade e da renovação, por meio de um processo ativo, com participação popular. A democracia está morta! Vida longa à democracia! ■

## Referências

**ABRANCHES, Sérgio Henrique.** “O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. In: Dados 31, 1988.

**BRAGA, Maria do Socorro S.** “O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)”. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo (mimeo.).

**DAHL, Robert A.** “Poliarquia: Participação e Oposição”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

**KINZO, Maria D’Alva Gil.** “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”. In: RBCS Vol. 19 nº. 54, 2004.

**SARTORI, Giovanni.** *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. v. 1, [s. l.], Editora Ática, 1994.

**SCHUMPETER, Joseph.** *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

Foto: Valter Campanato/ABr. Disponível em: <https://bit.ly/2EzsZpV>. Acesso em 26.02.2019

# Mulheres, política e representatividade: a necessidade de políticas públicas que rompam com lógicas de opressão

Por Denise Neri - Advogada



A presença de mulheres na candidatura à vice-presidência nas eleições brasileiras de 2018, três vezes maior que nas eleições anteriores (oito vices candidatas, no total), foi um dado curioso. Entretanto, a corrida em busca de uma mulher para ocupar esse cargo e associar a imagem dos candidatos à presidência ao combate à desigualdade de gênero não se sustentou efetivamente nos programas de governos, como também não foi seguida pelo aumento no número de candidaturas para o legislativo e executivo, o que seria de se esperar das instituições políticas que se propõem a transformar as relações de gênero desiguais do País.

Ainda sobre esse aspecto, antes mesmo que as convenções partidárias definissem suas candidaturas, a tentativa de acabar com as “candidatas laranja”, obrigando os partidos a destinarem uma porcentagem mínima do fundo partidário às candidaturas femininas, foi permeada por intensos debates e questionamentos na justiça. De qualquer forma, o que se viu na prática foi um investimento direcionado a poucos nomes e o trabalho intenso para eleger homens ao Congresso.

Num primeiro momento, poderíamos até considerar esse cenário como um avanço positivo das pautas feministas que, há mais de 200 anos, sinalizam a importância de maior participação das mulheres na política. A busca por mulheres para a vice-presidência poderia significar mais um

“

**O movimento pelo direito ao voto, conhecido como sufrágismo, organizado pelas mulheres durante os séculos XIX e XX, considerado como a primeira “onda do feminismo”, foi marcado por forte repressão, violência e contestação da capacidade das mulheres de participarem da vida pública, afinal, elas deveriam atender ao que lhe era imposto: cuidar da casa, dos filhos e do marido, para que estes pudessem se dedicar à política.**

processo desse esforço. Contudo, se de um lado percebemos, de fato, um avanço em pautas progressistas associadas à igualdade de gênero, que tem pressionado os detentores do poder a mudar suas estratégias para atender as demandas sociais, por outro, ao colocarmos sobre a questão um olhar mais aprofundado, perceberemos que, infelizmente, essas alterações ainda se encontram no âmbito do discurso.

O movimento pelo direito ao voto, conhecido como sufrágismo, organizado pelas mulheres durante os séculos XIX e XX, considerado como a primeira “onda do feminismo”, foi marcado por forte repressão, violência e contestação da capacidade das mulheres de participarem da vida pública, afinal, elas deveriam atender ao que lhe era imposto: cuidar da casa, dos filhos e do marido, para que estes pudessem se dedicar à política.

Conforme destaca Luis Felipe Miguel (2014), no livro *Feminismo e Política*, as mulheres não eram vistas como indivíduos de direitos, mas sim, como propriedade de seus pais, irmãos e maridos, sendo estes responsáveis por suprir as suas necessidades.

O acesso a franquia eleitoral representava o reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, de que as mulheres tinham condições iguais às dos homens para gerir a vida coletiva e também que elas possuíam visões do mundo e interesses próprios, irredutíveis aos de seus familiares. Afinal, um dos argumentos centrais para a exclusão política delas era que seus interesses já seriam protegidos pelo voto dos maridos ou dos pais. (MIGUEL, 2014, p. 94)

No contexto histórico brasileiro, o direito ao voto foi alcançado em 1932, porém ainda restrito às mulheres casadas, corroborando com a percepção de que elas se constituem como seres de direitos somente quanto adquirem o status de esposas, já que seus maridos poderiam cuidar para que tomassem a decisão correta na hora de votar.

Somente em 1995, com o advento da Lei 9.504, que obrigou os partidos a destinarem 30% de suas vagas às mulheres, pôde se vislumbrar um futuro diferente.

Quando olhamos para a configuração atual do Congresso brasileiro, fica claro, no entanto, que a abolição de barreiras legais não representou condições igualitárias de acesso das mulheres na esfera política. Muito embora elas tenham conquistado o direito dessa participação, raramente conseguem

financiamento para suas campanhas. Poucas alcançam visibilidade a ponto de serem financiadas. A decisão do TSE, no início do ano, a qual determinou que 30% do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) fosse destinado às campanhas femininas, gerou grande discussão e infundáveis tentativas de membros do legislativo em barrar essa medida por meios jurídicos. Foi necessária uma manifestação do TSE, por meio de consulta pública elaborada por 14 partidos políticos, garantir um acréscimo de 30% no número de candidaturas femininas e também para que fosse aumentado o valor do FEFC, bem como o tempo de propaganda na proporcionalidade das candidaturas femininas.

No entanto, essas ações resultaram em um aumento de pouco mais de 5% nas candidaturas, não refletindo um crescimento considerável no número de representações. Segundo dados da Justiça Eleitoral, 6.599 mulheres

candidataram-se ao Legislativo na disputa de 2018, registrando pouco mais de 5% em relação a 2014. Num País em que a participação feminina ainda é tímida, o financiamento público das campanhas veio para introduzir uma mudança no pensamento político.

Alguns argumentos levantados na época, não muito diferentes do que já foi difundido nos séculos anteriores, é de que as mulheres não se interessam por política ou que possuem atuação pífia, prejudicando as possíveis candidaturas de homens, pois receberiam menos dinheiro.

O que se observa, na verdade, é uma tentativa, de manter os privilégios de quem detém o poder. Afinal, para que mais mulheres ocupem vagas na política, alguns homens terão de desocupá-las e quando se fala em perda de privilégios, já há muito consolidados, é de se esperar que quem ocupe esses espaços não queira abrir mão deles.

“

**Somente em 1995, com o advento da Lei 9.504, que obrigou os partidos a destinarem 30% de suas vagas às mulheres, pôde se vislumbrar um futuro diferente.**

Conforme destaca Anne Philips (p.35 in Luis Felipe Miguel, 2014, p. 94),

“não basta eliminar as barreiras formais de inclusão, concedendo acesso ao voto ou direitos iguais. É necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, ‘empurrá-los’ para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios”.

Se tomarmos o Estado como um reprodutor de práticas sociais, a presença de mulheres, bem como de outros grupos marginalizados, é de extrema importância para garantir que as demandas específicas dessas minorias sejam atendidas. Pelo menos, é o que poderíamos considerar a priori, mas é algo que a história recente nos mostra ser superficial.

Assim como o direito ao voto não garantiu efetivamente o direito da mulher ser eleita, acreditar que o simples aumento da presença feminina no Legislativo, por exemplo, poderia resultar em igualdade, de fato, acarretaria algumas frustrações.

É evidente que a baixa representação de mulheres nos poderes governamentais indica uma forma de desigualdade incorporada no sistema político. Mas não se pode perder de vista que, por si só, a maior presença dos integrantes de grupos dominados nos espaços de poder não eliminará nem reduzirá de maneira substantiva a desigualdade política. (MIGUEL, 2014, p. 104)



Ato de mulheres no Rio pede o fim da cultura do estupro  
1 de junho de 2016 - Tomaz Silva/Agência Brasil

Mesmo com uma maior presença de mulheres, as estruturas políticas se constituem e se sustentam a partir de lógicas masculinas. Formado historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres, dificultando, mesmo após eleitas, o acesso a posições de maior influência e prestígio. Nesse sentido, a questão crucial, a qual devemos nos atentar, é que, mais do que serem eleitas, precisam romper com os com-

portamentos e estruturas sociais que mantém as mulheres subalternizadas.

Em uma pesquisa intitulada *Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política*, Flávia Biroli, renomada cientista política brasileira, reconhecida por seus estudos que relacionam gênero e política, ressalta a invisibilidade das mulheres nos noticiários políticos e a maneira pela qual elas são retratadas:

a visibilidade feminina na mídia noticiosa é concentrada em algumas poucas mulheres e produzida por filtros que reafirmam, de múltiplas maneiras, as separações tradicionais que associam as mulheres a esfera doméstica e íntima, a emotividade e ao corpo. O desinteresse pela política, a falta de habilidade para o exercício de cargos públicos e o não pertencimento a esfera política em sentido estrito são, assim, conectados em um conjunto de discursos que atendem a uma regularidade sem que se apresentem de forma homogênea. A oposição entre, de um lado, feminino e espaço privado, e, de outro, masculino e espaço público, discutida em estudos como os das cientistas políticas Carole Pateman (1993) e Susan Okin (1998, 1989), está na base desses estereótipos, confirmando divisões e hierarquias que colaboram para a marginalização das mulheres da e na esfera política. (BIROLI, 2010, p. 46)

Não se trata, contudo, conforme destaca Biroli (2010, p.47), de uma relação casual, na qual a representação feminina divulgada pela mídia simplesmente reproduz o que ocorre no campo político, ou que, inversamente, a baixa presença de mulheres na mídia resultaria em sub-representação política. “Os estereótipos de gênero presentes na mídia devem ser entendidos como produtos de uma dinâmica social complexa, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres”.

“

**Esse cenário fica claro quando vemos muitas mulheres que abandonam seus estudos e carreiras por não conseguirem creches para colocar seus filhos.**

Em outras palavras, a sub-representação de mulheres na política não é um problema exclusivo desse campo, mas está associado a aspectos culturais da sociedade brasileira, na qual o machismo ainda é latente, e que mantém parcela majoritária da população relegada a posições subalternas em diferentes aspectos da vida. Diante disso, torna-se necessária uma análise aprofundada da realidade, levando em conta que, mesmo considerando necessários e importantes os mecanismos que incentivem a participação de mulheres na esfera pública, somente a elaboração de políticas públicas que desestabilizem as estruturas sociais e que garantam, de fato, a distribuição de privilégios, poderão resultar em

uma atuação efetiva das mulheres na política e um equilíbrio nas relações de gênero.

Esse cenário fica claro quando vemos muitas mulheres que abandonam seus estudos e carreiras por não conseguirem creches para colocar seus filhos. Isso, porque precisam assumir a total responsabilidade sobre os cuidados com a família e os filhos, mesmo tendo companheiros presentes, sem ter tempo para se dedicar à vida pública. Soma-se ainda o fato de muitas de nós, ao tentarem romper as barreiras que a sociedade lhes impõe, encontram resistência do marido e até dos familiares, muitas vezes, por meio da violência.

“

**Uma recente pesquisa, realizada em 2017 pelo Instituto Patrícia Galvão, mostrou um aumento de 6,5% dos homicídios dolosos de mulheres em relação ao**

A exemplo de movimentos de mulheres que, em um passado recente, foram seriamente reprimidos e descaracterizados, encontrando forte resistência de setores dominantes da sociedade e uma série de tentativas de retomar seus espaços de privilégios, temos hoje um avanço no número de feminicídios no País. Mesmo que essas questões possam parecer distantes, a relação entre a baixa participação de mulheres e a violência exercida contra elas, estão intimamente ligadas ao pensamento machista presente na sociedade brasileira.

Muito embora tenham ocorrido avanços na legislação, como foi o caso da promulgação da Lei Maria da Penha, ele não foi suficiente para diminuir esse tipo de crime, ao contrário. Lembro que conversando com um cidadão na época, ele respondeu que se tivesse que ser preso por agredir uma mulher, ele preferia ser preso por matar essa mulher. Vejam como funciona essa psicopatia social. Se for para ser castigado “apenas pela agressão”, que o fosse pelo homicídio.

Uma recente pesquisa, realizada em 2017 pelo Instituto Patrícia Galvão, mostrou um aumento de 6,5% dos homicídios dolosos de mulheres em relação ao ano de 2016, sendo

946 feminicídios, ou seja, casos de mulheres mortas em crimes de ódio motivados pela condição de gênero. O Brasil ocupa a vergonhosa 5ª posição no ranking dos homicídios de mulheres, sem falar em outros tipos de violência.

Ao pararmos para refletirmos que a cada 11 minutos uma mulher é estuproada no nosso País, vemos que essa informação causa asco, pois durante o tempo que você leu esse artigo, provavelmente, uma mulher sofreu esse tipo de violência. Além disso, conforme aponta o estudo, a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas.

Desta forma, a alteração de estruturas de poder que ainda mantém as mulheres associadas a papéis sociais específicos, alijando-as dos espaços decisórios, bem como as relações desiguais de gênero que permitem que as mulheres sejam violentadas diariamente, dependem de uma atuação que priorize e fortaleça as políticas públicas de combate a lógicas de opressão. Em outras palavras, a representação de mulheres na esfera política é mais do que necessária, mas, acima de tudo, é um esforço dessas representantes para garantir a execução de políticas públicas que transformem profundamente o Estado e, por sua vez, as relações sociais, sendo determinante para

alcançarmos uma sociedade diversa, justa e igualitária.. Vale salientar, que essa é uma luta não apenas feminina, mas de todos aqueles que vislumbram como horizonte uma democracia plena e de qualidade.

## Referências

**MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia.** *Feminismo e política: uma introdução.* São Paulo, Boitempo, 2014.

**BIROLI, Flávia.** *Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política.* Revista Crítica de Ciências Sociais, 2010, colocado online no dia 15 Outubro 2012. Acesso em: URL : <http://rccs.revues.org/1765> ; DOI : 10.4000/rccs.1765

*Dossiê Instituto Patrícia Galvão, 2017.* Disponível em <http://dossies.agencia-patriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>

Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2U9C2De>. Acesso em 26.02.2019

**ano de 2016, sendo 946 feminicídios, ou seja, casos de mulheres mortas em crimes de ódio motivados pela condição de gênero.**

# Política e Tecnologia: uma abordagem sobre o remodelamento da sociabilidade em municípios, por meio da rede social *Facebook*

Por Isabela Melo, Relações Públicas graduada pela PUC Minas, mestranda em Comunicação e Temporalidades pela UFOP, membra do grupo de pesquisa “Quintais: cultura da mídia, arte e política”.



É inegável o aumento da participação popular na política em municípios, assim como a penetração dos dispositivos midiáticos nesse processo, em especial, as redes sociais, entendida por Recuero, como constituídas de representações dos atores sociais e de suas conexões:

As conexões, por outro lado, são os elementos que vão criar a estrutura na qual as representações formam as redes sociais. Essas conexões, na mediação da Internet, podem ser de tipos variados, construídas pelos atores através da interação, mas mantidas pelos sistemas online. Por conta disso, essas redes são estruturas diferenciadas. Ora, é apenas por conta desta mediação específica que é possível a um ator ter, por exemplo, centenas ou, até mesmo, milhares de conexões, que são mantidas apenas com o auxílio das ferramentas técnicas. Assim, redes sociais na Internet podem ser muito maiores e mais amplas que as redes offline, com um potencial de informação que está presente nessas conexões (RECUERO, 2009, p. 2-3).

Esse processo, tem gerando novas configurações no fluxo comunicacional da população com o poder legislativo e suas responsabilidades.

A vida ganha uma virtualização, na qual a sociedade é agenciada pelos meios, criando um circuito. A internet não está mais descolada das práticas sociais, ou seja, meios e públicos não estão separados. “A vida e dinâmicas dos diferentes campos são atravessadas, ou mediadas, pela tarefa organizadora tecno-simbólica de novas interações realizadas pelo campo das mídias”. (FAUSTO NETO, 2008, p. 90).

Evidenciamos a mudança do papel da mídia em uma sociedade dos meios para a sociedade da midiatização, na qual a mídia perde o lugar de auxiliaridade e passa a ser a engendradora do modo de ser e dos processos da própria sociedade e suas interações entre as instituições (FAUSTO NETO, 2008).

Nesse cenário da revolução tecnológica, temos o surgimento das redes sociais, que serão remodeladas pela sociedade na medida que são implantadas, oferecendo a possibilidade da participação de grupos de setores subalternos na democracia participativa, recriando o sentido de coletividade e estruturando o sentido de identidade. Dessa forma, os sujeitos, que exercem papéis sociais, por meio de sua participação nas referidas redes sociais, despertam o interesse de pertencimento coletivo dos cidadãos.

Na sociedade midiatizada, é transformada não só a percepção, mas também o conceito de tempo. De acordo com Rosseti (2017), passamos do tempo cronológico, medido, linear e mensurável, para o tempo intemporal. Neste, a sociedade vive o culto da velocidade, do imediato. As redes sociais cumprem o papel do instantâneo, quando notícias são geradas de forma rápida, aplicativos são elaborados para facilitar os processos, as respostas das mensagens são rápidas e as telas são simultâneas.

Observamos nas redes sociais, em especial a de nosso interesse, o *Facebook*, que em determinados municípios, acontecimentos se reverberam instantaneamente, assim como os anseios da população são diretamente expostos nas redes e, por consequência, são questionados pelos parlamentares.

“

Na sociedade midiatizada,  
é transformada não só a percepção,  
mas também o conceito de tempo.  
De acordo com Rosseti (2017),  
passamos do tempo cronológico,  
medido, linear e mensurável,  
para o tempo intemporal.

Sendo assim, as mensagens transmitidas tanto pelo poder legislativo, executivo e judiciário, quanto pelos cidadãos, causam efeitos programados.

Nesse contexto de expansão das novas mídias digitais, os princípios democráticos acabam sendo afetados por essa nova sociedade da informação em que velocidade passou a ser sinônimo de eficiência. Na democracia eletrônica, o acesso às novas tecnologias e à informação proporciona a nossa forma de habitar no mundo.

Encontramos em grupos e páginas do *facebook* uma maior forma de liberdade de expressão dos cidadãos e uma eficiente difusão de informações. É percebido ainda que, para algumas pessoas, há a necessidade de uma simbolização diferente para adquirirem conhecimento sobre a situação política vigente.

Todo esse processo de mediação em rede, anteriormente, era possível somente de maneira presencial. Sobre a mutação social provocada pela mídia e pela realidade virtual, Sodré (2006) discorre que:

“

**As redes sociais cumprem o papel do instantâneo, quando notícias são geradas de forma rápida, aplicativos são elaborados para facilitar os processos, as respostas das mensagens são rápidas e as telas são simultâneas.**

De fato muda a natureza do espaço público, tradicionalmente animado pela política e pela imprensa escrita. Agora, formas tradicionais de representação da realidade e novíssimas (o virtual, o espaço simulativo ou telereal) interagem, expandido a dimensão tecnocultural, onde constituem e se movimentam novos sujeitos sociais. Transmitida em tempo real, uma fórmula já antiga, como o noticiário jornalístico, torna-se estratégica nos termos globalistas do mercado financeiro: um pequeno boato pode repercutir como terremoto em regiões do planeta fisicamente distantes (SODRÉ, 2006, p.19).

Entendemos assim, o motivo pelo qual a discussão das inquietações cotidianas de município é discutida em grande maioria pelas redes sociais. A velocidade das informações, assim como a capacidade de dar voz aos sujeitos, é acionada.

Partindo do pressuposto em que a cidade é o local onde ocorrem as inquietudes contemporâneas e as dinâmicas que envolvem a sociabilidade, as novas tecnologias assumem o papel de ordenamento desses conflitos.

Nesse contexto de expansão das novas mídias digitais, os princípios democráticos acabam sendo afetados por essa nova sociedade da informação.

A convergência digital introduz nas políticas culturais uma profunda renovação do modelo de comunicabilidade, pois do unidirecional, linear e autoritário paradigma da transmissão de informação, passamos ao modelo da rede, isto é, ao da conectividade e da interação que transforma o modo mecânico da comunicação a distância pelo modo eletrônico da interface de proximidade. Novo paradigma traduzido em uma política que privilegia a sinergia entre muitos projetos pequenos acima da complicada estrutura dos grandes e pesados aparatos tanto na tecnologia como na gestão (BARBERRO, 2014, pág.28).

Na democracia eletrônica, o acesso às novas tecnologias e à informação proporciona o fortalecimento da relação entre o governo e o cidadão.

As novas tecnologias vêm sendo utilizadas vastamente como ferramenta de divulgação de informações governamentais, partidárias, divulgações de feitos, autopromoção e formação e/ou construção de uma imagem política. Por outro lado, o eleitor também explora o ideal de mediação dos dispositivos, expressa o seu interesse em manter diálogo e vê ali um espaço de autonomia.

As sociedades contemporâneas, com suas novas tecnologias, novas formas de cultura e novas experiências do presente, constituem uma ruptura decisiva em relação às formas modernas de vida.

Sendo assim, atravessamos uma revolução tecnológica, cuja peculiaridade não reside tanto em introduzir uma quantidade inusitada de novas máquinas em nossas sociedades, mas, sim, em configurar um novo ambiente ou ecossistema comunicativo, em que a tecnologia digital está configurando

nossos modos de habitar o mundo e as próprias formas do laço social (BARBERRO, 2014).

Esse fenômeno representou aquilo que está mudando profundamente na atualidade o advento da comunicação mediada pelo computador. Essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, potencializou a capacidade de conexão, por meio da difusão das informações. Assim sendo, essas redes conectam não apenas computadores, mas pessoas.

“

**As novas tecnologias vêm sendo utilizadas vastamente como ferramenta de divulgação de informações governamentais, partidárias, divulgações de feitos, autopromoção e formação e/ou construção de uma imagem política.**

Estamos de fato rodeados por novas tecnologias, novos meios de produção cultural e novas formas de vida social e política. Evidenciamos que as redes culturais estão se convertendo no novo espaço público de intermediação entre diversos atores de um mesmo País, entre atores do mesmo âmbito das políticas, gestões e formações. Redes culturais animadas cotidianamente por artistas e gestores, formadores e instituições municipais e comunidades de bairro. Com o enorme ganho, nota-se, proporcionado por uma das tarefas assumidas por muitos dos novos atores, a tarefa de observadores cidadãos, empenhados na fiscalização dos projetos e das decisões de que tomam parte, dos recursos financeiros e dos tipos de intercâmbio promovidos (BARBERRO, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a cidade como local de ocorrência das inquietudes contemporâneas, a resistência de grupos subalternos. Consideramos ainda as redes sociais, em especial, o *Facebook*, como espaço de resistência, ocupação e participação na democracia legislativa, no qual o encontro entre mídia e sociedade deve ser pensado de forma mais complexa, não se limitando o processo de midiatização de forma técnica, mas num processo que auxilia nas relações sociais, quando meios de comunicação passam a constituir a própria engrenagem da vida.

Como afirma, Tavares:

O que se assiste hoje, tal qual problematizamos acima, é uma tentativa, ainda em andamento e, portanto, não totalmente acabada, de se pensar na circulação, na relação mídia-sociedade, um encontro relacional entre as duas posturas anteriores que indicariam uma compreensão não mais dos meios aos processos, mas dos meios como processos (TAVARES, 2007, p. 13).

Fica clara a potencialidade do sistema midiático, na participação e retomada democrática na política pelos cidadãos eleitores. Sua dinâmica de participação e eficiência da velocidade e do alcance nos dão pistas deste novo processo inquietante no cenário político atual. Fazendo com que ações e discursos parlamentares sejam remodelados. ■

## Referências

- BARBERRO Jesús Martín.** *Diversidade em convergência*. V. 8 - Nº 2 São Paulo - Brasil jul./dez. 2014. p 15-33.
- FAUSTO NETO, Antônio.** *Fragmentos de uma "analítica" da midiatização*. Matrizes (USP Impreso), v 1, p. 89-105, 2008.
- RECUERO, Raquel.** *Redes sociais na internet*. – Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).
- ROSSETTI Regina.** *Supressão do tempo na sociedade midiatizada in Comunicação, mídias e temporalidades*. Christina Ferraz Musse, Herom Vargas e Marcos Nicolau; organizadores. Salvador, Edufba, 2017.
- SODRÉ, Muniz.** *Eticidade, campo comunicacional e midiatização*. In: MOARES, Denis. *Sociedade midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31.
- TAVARES, Frederico de Mello B.** *Os processos midiáticos para além da mídia*. Animus (Santa Maria), v. VI, p. 9-27, 2007.

# Atividade política, sociedades digitais, crises e a vez do *disruptivo*

Rogério Pelizzari, doutorando e mestre em Comunicação pela ECA-USP e consultor na área de Comunicação Pública.



**A**s eleições de 2018 inauguram um novo capítulo da história do Brasil e motivam estudiosos a encontrar respostas para resultados sem precedentes. O desemprego e a recessão, as críticas ao pensamento de esquerda, as *fake News*, a descrença em relação às agremiações partidárias, etc. Postulamos que individualmente as explicações não dão conta do problema, uma vez que vivenciamos um momento de crise, no qual novas formas de pertencimento, atravessadas pelos meios de comunicação digital, comprometem estruturas estabelecidas, provocando cisões e rupturas. Sem a pretensão de soarmos prescritivos, relacionaremos outras e diversas experiências, que transcendem o campo da política, para dar substância à compreensão de que o fenômeno das urnas se insere em um contexto maior, de caráter global, e que afeta as práticas sociais.



**A renovação não poupou nenhum dos cargos em disputa. Na Câmara Federal, atingiu mais de metade dos deputados e, no Senado, foi superior a 85% das 54 vagas em jogo.**

O processo eleitoral, em todas as suas etapas, desde a pré-campanha até a apuração dos últimos votos do segundo turno surpreendeu até os mais conceituados analistas. Cientistas políticos, jornalistas e marqueteiros foram incapazes de prever ou oferecer explicações convincentes sobre o que, afinal, aconteceu mesmo alguns dias após o pleito.

A renovação não poupou nenhum dos cargos em disputa. Na Câmara Federal, atingiu mais de metade dos deputados e, no Senado, foi superior a 85% das 54 vagas em jogo. Na corrida para o executivo, o que parecia improvável até alguns dias antes de a população ir às urnas se concretizou com o encerramento da votação. As projeções das pesquisas, confirmadas com o balanço da apuração divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apontavam a preferência da sociedade por candidatos que representavam uma ruptura com o modelo em funcio-

namento. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais, só para ficarmos em dois dos três maiores estados da Federação, nomes desconhecidos do grande público e que até então apresentavam índices inexpressivos nas intenções de votos foram ao segundo turno e confirmaram a vitória no 28 de outubro e com números robustos. E no enfrentamento pela Presidência da República, jamais se concretizou a esperada migração de um eleitorado, que desde as primeiras medições revelava simpatia por Jair Bolsonaro, para nomes aparentemente mais bem posicionados no espectro político.

Antes do início da campanha oficial, os especialistas se apressavam nas explicações pontualmente divergentes, mas que pareciam concordar em um ponto: qualquer projeção só teria validade depois que a propaganda eleitoral de rádio e tv estivessem no ar. As mensagens massivas fariam toda a diferença, reposicionariam as candida-

turas e aqueles que tivessem as coligações mais amplas e o maior tempo nas mídias tradicionais teriam mais chance de vitória.

Os dias atuais são caracterizados pelas rápidas mudanças e, se não fosse por isso, poderíamos dizer que as eleições deste ano, assim como as de 1989, seriam fontes para inúmeros trabalhos acadêmicos, com debates, discussões e análises que se perpetuariam por décadas. Repetindo os passos do confronto entre Collor e Lula, os resultados das urnas em 2018, que contrariaram todos os prognósticos, ainda fariam parte do conteúdo programático para as aulas das escolas de comunicação e de marketing eleitoral de 2048. Mas, como alertamos no início do parágrafo, a julgar pelo tempo acelerado, com direito a transformações constantes, que interrompem e descontinuem processos, assim como dão margem para o imponderável, não sabemos mais se não nos espantaríamos caso as lições que ainda hoje tentamos extrair do fenômeno recente não estejam superadas em 2022.

Não é à toa que o termo *disruptivo* vem sendo gradativamente incorporado ao vocabulário usual dos brasileiros e provavelmente seguindo uma tendência mundial. De origem inglesa (*desruption*) e bastante utilizado entre profissionais da área de tecnologia, o vocábulo está relacionado com a ideia de rupturas abruptas. Tais transformações radicais teriam como consequência a substituição de mercados, sistemas e formas de relação de maneira repentina, não raro, sem transição, com a descontinuidade de padrões estabelecidos e o surgimento de novas práticas.

Expressões cunhadas com a palavra *disruptivo* permearam, por exemplo, as temáticas e as falas da programação do Rio Creative Conference (RIO2C), que é considerado o maior encontro de criatividade e inovação da América Latina e foi sediado na cidade do Rio de Janeiro em abril. Nos cinco dias de evento, executivos de mídias digitais, *broadcasting*, *mobile*, programadores, publicitários, distribuidores, criadores, produtores e compradores de conteúdos de todas as partes do mundo participaram de painéis, palestras e debates com algumas das principais referências em suas áreas e que invariavelmente transitavam por um discurso de transcendência e superação em relação aos modelos existentes, rumo a um novo e desconhecido.

Aliás, a própria proposta do evento era apoiada em um conceito de subversão. Dentre os palestrantes, estive-ram nomes do mais variado espectro de atuação, como o então Ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, a cantora e compositora, Karol Konka, o *Youtuber* e empresário, Felipe Neto, a Marketing VP da PepsiCo, Daniela Cachich, o co-president and CCO da agência Africa, Sergio Gordilho, a general manager da Vevo, Fatima Pissara e a editora Chefe da Al Jazeera Digital, Zahra Rasool, entre mais de uma centena de oradores.

Outra intenção disruptiva do RIO2C foram as atividades diversificadas, simultâneas e sobrepostas. Em concomitâncias com as apresentações no conjunto de auditórios e outros espaços da Cidade das Artes, haviam ambientes para negociações entre executores, agentes, produtores e patrocinadores de cultura e entretenimento; sessões de *pitching* para a seleção de projetos para meios audiovisuais e de músicos para compor o *casting* de uma indústria fonográfica que tenta se renovar para sobreviver; esquetes e improvisações com atores; stands de fontes de financiamento e de empresas de comunicação; representantes de corporações do mercado de realidade aumentada e de tecnologias direcionadas para o virtual; a exposição de uma maquete do Rio de Janeiro

feita inteiramente de peças de Lego; e, inclusive, uma espécie de *spa*, onde os participantes do evento podiam se desconectar e agendar uma massagem revigorante.

Pessoas de diferentes partes do Brasil e de outros 40 países, falando diferentes línguas, compartilhando experiências individuais, que se inserem neste conceito de ruptura. Profissionais que partilham de um vocabulário comum, alimentado por expressões como “economia criativa”, *startup*, *coworking* e coletivos, entre outros, tratavam de ampliar suas redes, buscando parceiros para a viabilização de negócios colaborativos e por meio de estratégias que pretendem funcionar à margem dos mercados tradicionais.



**Não é à toa que o termo *disruptivo* vem sendo gradativamente incorporado ao vocabulário usual dos brasileiros e provavelmente seguindo uma tendência mundial. De origem inglesa (*desruption*) e bastante utilizado entre profissionais da área de tecnologia, o vocábulo está relacionado com a ideia de rupturas abruptas.**

No livro “A era do imprevisto” (2017), lançado recentemente pelo sociólogo, cientista político e jornalista Sérgio Abranches, a palavra *disruptivo* é fartamente utilizada, como também é relacionada à clássica noção de paradigmas desenvolvida pelo físico e filósofo Thomas Kuhn em meados do século XX. Ao discorrer a respeito do que considera um processo de transição, que seria consubstanciado por três dimensões – socioestrutural, científica/tecnológica e climática -, o autor destaca que tais mudanças paradigmáticas “(...) tendem a se manifestar, primeiramente, como uma sucessão de crises<sup>1</sup>. Também por isso provocam fortes correntes de reação conservadora.” (p. 74).

Crise econômica, crise ambiental, crise política, crise migratória, crise da educação. Nos anos mais recentes, mais do que sucessivas, elas são cumulativas, desestabilizando nações, regiões, os hemisférios e o planeta. Complementarmente, a ascensão ao poder de políticos de direita ou de extrema-direita não só no Brasil e nos Estados Unidos, mas também em países da Europa, como na Hungria, na Polônia e na Itália, confirma o entendimento de Abranches acerca do período transitório e de mudanças pelo qual passamos.

Durante o período de elaboração do presente artigo, fizemos uma busca no acervo da Folha de S. Paulo com o termo *disruptivo* e suas variações. O objetivo era observar a evolução da presença do vocábulo em matérias jornalísticas. Pretendíamos atestar nossa hipótese de que a circulação do tema está em seu período mais profícuo - pelo menos do ponto de vista do

conteúdo noticioso de um dos jornais impressos mais lidos do País. O levantamento indica que ele figura em 271 textos, a partir do ano de 1994. Entretanto, 86% das citações são de 2014 para cá e 40% em período não superior a um ano e meio.

Mas o que, afinal, os exemplos *disruptivos*, de crise ou de mudança acima citados (i) na política, (ii) nas artes, na cultura e no entretenimento, (iii) de caráter sociológico e (iv) noticioso têm em comum? Todos eles foram em partes sugeridos e viabilizados em função das formas de pertencimento e de interação possibilitadas pelas redes sociais na internet.

Já não parece possível mais pensar as relações interpessoais e os processos comunicativos com base nos padrões e esquemas dicotômicos emissor-receptor. Ideias, conceitos, notícias... não podem ser apenas concebidos sob o falso entendimento de que são conteúdos a serem transformados em produtos transmissíveis. Perderam terreno propostas de campanhas forjadas como um conjunto de estratégias operacionalizadas para a difusão de dada mensagem.

Trata-se, em outro sentido, de uma experiência negociada por meio da qual os destinatários esperam algo além do filme de 30 segundos, de um slogan de impacto, de um texto bem escrito e palatável, de um jingle chiclete. A expectativa por um nível superior de interação explica o surgimento de recursos corporativos de valorização das marcas como o *branded content*. A ideia de se contar uma história com o qual os consumidores (ou seriam leito-

res?) podem interagir e se identificar, que representem um meio de conhecimento e potencialize experiências dialógicas.

Uma série de autores trata da aceleração social do tempo e seus impactos nas relações cotidianas. Johnathan Crary, em seu “24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono” (2014) afirma que uma das características do novo estágio do comportamento social é a realização simultânea de diferentes atividades. A imagem do telespectador passivo, sentado em frente ao aparelho de tv, com os olhos fixos, em um verdadeiro estado de torpor enquanto acompanha, recebe, aceita e assimila a programação massiva teria ficado para trás. “A ideia de passarmos longos períodos exclusivamente no papel de espectador é antiquada: é um tempo valioso demais para que não o alavancemos com diversas fontes de solicitação e escolhas que maximizam as possibilidades de monetização e garantem a acumulação contínua de informações a respeito do usuário.” (p.61)

Em relação à citação acima, julgamos oportuno fazer dois apontamentos que se complementam. O primeiro é que esta condição de hiperatividade e sobreposição de tarefas tornam as pessoas mais dispersas e exigentes. Dispersas porque o cérebro humano é incapaz de assimilar tantas informações ao mesmo tempo, de maneira que o conhecimento passa a ser mais superficial e fragmentado. Exigentes porque a oferta de serviços, produtos e facilidades nos estimula a optar pelo que atrai e é mais prazeroso. Se o controle remoto e a ampliação do percentual da população com acesso

à televisão por assinatura reduziram e reorientaram a importância do intervalo comercial, com o smartphone a própria programação, tanto no que tange ao conteúdo quanto à forma, teve de ser replanejada.

O segundo diz respeito ao crescente interesse por parte de grandes corporações em acumular conhecimento sobre os consumidores – ou usuários, ou telespectadores, ou audiências, etc –, com o propósito de criar produtos mais aderentes, customizados e acessíveis. A lógica dos algoritmos, aliás, foi elaborada a partir deste princípio. Os instrumentos de monitoramento transformam a experiência consumidora ou a sua simples intenção, materializada nos mecanismos de busca de Portais e aplicativos, entre outros, em variáveis que possam colaborar com a consolidação de relações mais estreitas e fidelizadas.

Naturalmente não cabe ignorarmos as valiosas críticas sobre os riscos e a falta de transparência destes mecanismos. São ricas as discussões sobre o que se convencionou chamar “filtro bolha”, que resigna os usuários a um cardápio ilimitado para a sua capacidade de consumo no que se refere à quantidade, mas restrito em relação às perspectivas e pontos de vista.

Em todo o caso, a menção a recursos como estes tem por objetivo reiterar nossa compreensão sobre a emergência de indivíduos mais ativos, com expectativas cada vez mais altas e com demandas particulares, que incluem interações disruptivas, personalização, possibilidade de interlocução e empoderamento.

Neste sentido, a criação de métodos e a adoção de ferramentas com a finalidade de promover uma aproximação com os eleitores vai além de resgatar os estudos de opinião pública inaugurados pelos teóricos do Mass Communication Research ainda na primeira metade do século passado. As sondagens generalistas, que foram determinantes para a reeleição do presidente norte-americano Franklin Roosevelt em 1936 podem ter utilidade ainda, mas são insuficientes para uma compreensão mais aprofundada sobre anseios e necessidades.

Caberia, portanto, relativizarmos certas observações homogeneizadoras, como a máxima cunhada por Arthur Conan Doyle, o criador de Sherlock Holmes: “Enquanto cada homem individualmente é um quebra-cabeça insolúvel, coletivamente ele se torna uma certeza matemática.” Tais cuidados valem, inclusive, na formulação de nossas conclusões – que talvez sejam para sempre inconclusas – em relação aos acontecimentos eleitorais recentes e os possíveis caminhos derivados deles.

Multiplicam-se os artigos de opinião e os estudos científicos que responsabilizam as *fake news* pelos rumos do pleito de 2018. Votos teriam sido definidos ou alterados em função de notícias falsas. Reconhecemos o papel destes dispositivos, mas reafirmamos nosso entendimento de que, talvez, devêssemos refletir sobre o assunto admitindo outras formas de observá-lo, que incluam as reais motivações das pessoas, em que medida elas são afetadas, e o quanto nossas decisões são influenciadas por escolhas prévias, não estando necessariamente associadas a fidedignidade (ou não) de uma informação. ■



**O levantamento indica que ele figura em 271 textos, a partir do ano de 1994. Entretanto, 86% das citações são de 2014 para cá e 40% em período não superior a um ano e meio.**

1 Grifo nosso.

# A prática política na lógica das redes

Gustavo Padovani - jornalista, mestre em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e especialista em Gestão em Marketing pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV).



**E**m junho de 2013, milhões de brasileiros se articularam em uma série de manifestações que marcaram aquele mês como um dos acontecimentos políticos mais importantes das últimas décadas do país. A sincronidade de insa-

tisfações que ganharam corpo com o Movimento Passe Livre (MPL) resultaram em manifestações que demandaram a redução dos 20 centavos na tarifa do ônibus cidade de São Paulo, abriu uma fissura que aglutinou as mais diversas pautas nas redes e nas ruas de todo o Brasil.

Ainda que alguns analistas gostem de diminuir a importância de junho em função de sua dispersão de objetivos, do surgimento de pautas vinculadas à esquerda ou valorar mais as manifestações em torno do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, junho de 2013 marca a abertura da caixa de pandora. Um acontecimento é, a um só tempo, um fim e um princípio, pois ele é um dispositivo cuja importância pode ser compreendida pelos possíveis que dele são originados. A abrangência e a rapidez dos eventos de junho deixam claro o poder decisivo das redes sociais e as articulações dos sujeitos sobre e com elas, pautando as descrenças sobre as instituições tradicionais da mídia e a representação política na democracia. Esses dois fatores por sua vez, conectavam de uma vez por todas o Brasil às pautas que eram – e ainda são – discutidas globalmente, pois as manifestações no Brasil se inspiraram em movimentos como a Primavera Árabe (ocorrido em uma dezena de países), o Occupy Wall Street nos Estados Unidos e o 12M na Espanha.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é o novo acontecimento que fecha esse ciclo de possíveis iniciado em 2013. No meio tempo, as acirradas eleições de 2014 não foram vencidas por seu resultado oficial, mas sim pela gigante articulação de uma rede anti-petista que, com seus objetivos diversos, deu origem à uma prática, um discurso e uma articulação em rede que gradualmente garantiram a vitória do atual presidente e a composição da segunda maior bancada de deputados eleitos por seu partido, o PSL. É evi-

dente que as observações traçadas aqui no texto são resolutas e não dão conta de toda a dimensão da complexidade política dos acontecimentos dos últimos anos, mas aqui essa contextualização é o fio condutor para ilustrar os dois movimentos a que esse texto se propõe: mostrar como os usuários são afetados e como podem afetar as redes politicamente e, na sequência, uma análise de algumas estratégias que reformulam aquilo que, um dia, foi chamado de marketing político.



**A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 é o novo acontecimento que fecha esse ciclo de possíveis iniciado em 2013.**

## Furar a bolha das redes

Eli Pariser criou em 2012 a teoria do “filtro-bolha”: trata-se de uma percepção que os algoritmos de plataformas como o *Facebook* (e que hoje se estende também ao *Instagram*) observam as nossas ações como usuários para fazer com que seu funcionamento retroalimente conteúdos que se relacionam com as tendências

e rastros pessoais deixados dentro da plataforma – sejam diálogos com outros usuários, pesquisas, fotos que tiramos, páginas que seguimos e também as câmeras e gravadores embutidos nos smartphones. Para uma plataforma que depende do uso de dados de seus usuários como modelo de negócios e o faz com sua autorização, essa estraté-

gia permite uma percepção de notícias, postagens e outros conteúdos relacionados como uma bolha que prende seu usuário com o objetivo de entregar a ideia de pertencimento a um mundo social e, ao mesmo tempo, concede a impressão que toda a articulação desse gira, exclusivamente, em torno de certos temas e visões.

Na perspectiva política, essa lógica filtro-bolha fez algumas campanhas políticas alterarem completamente suas estratégias de marketing, pois a empresas como a inglesa Cambridge Analytica se especializaram em localizar perfis de usuários de acordo com cinco categorizações comportamentais (o método OCEAN) para enviar a eles conteúdos mega especializados de acordo com rastros deixados por eles nas redes e entrar nas mais variadas bolhas criadas. Essas ações foram decisórias na acirrada disputa entre Hillary Clinton e Donald Trump em 2016, possibilitando que a companhia contratada fizesse uma série de estratégias personalizadas para garantir a vitória de Trump na maioria dos estados americanos nos quais foi eleito.

Ter conhecimento dessas estratégias e entender como funcionam os algoritmos de cada uma das plataformas que participamos é, hoje, um ato político: pois antes mesmo da leitura individual dos fatos, é preciso pensar para além de quem produz o conteúdo que nos chega através da rede, mas qual é a lógica do tortuoso caminho que ele passa para chegar até nossa recepção. Se perguntar “Qual busca eu fiz para chegar esse conteúdo em minha *timeline*?” ou “Qual link eu cliquei para levar essa página para minha percepção” se tornarão questões cada vez mais frequentes para entender a lógica de certas leituras ou a curadoria dos conteúdos que se apresentam para nós ao construir nosso mundo de participação nas redes.

“

**A consciência desse efeito nas redes já é uma postura que permite a expansão da percepção de como certos conteúdos são criados e distribuídos, ou seja, nos permite enxergar os limites de nossa bolha.**

A consciência desse efeito nas redes já é uma postura que permite a expansão da percepção de como certos conteúdos são criados e distribuídos, ou seja, nos permite enxergar os limites de nossa bolha. A visualização dessa fronteira é essencial para que ela possa ser ultrapassada. As *fake news*, por exemplo, são mais velhas que a própria existência das redes, mas ganham espaço e notoriedade no contemporâneo justamente porque elas reverberam a velocidade da luz dentro dessas bolhas fechadas com os mesmos perfis de usuários. Por isso que em dispositivos ponta-a-ponta entre como o Whatsapp,

que se articula em estruturas fechadas como grupos e comunicações individuais, são os locais em que seu compartilhamento é profícuo. As agências de *fact checking* ( Agência Lupa, Aos Fatos e Truco são exemplos no Brasil) e grandes portais de notícia tem se dedicado a combatê-las, mas é um exercício hercúleo diante da quantidade de usuários existentes. Por fim, é o interesse do usuário com sua busca da versão mais coerente em suas múltiplas fontes é que irão garantir a checagem mais eficiente dos conteúdos circulados.

## Do youtube para a política

Com quase 3 milhões de assinantes no *YouTube*, Bolsonaro publicou desde 2010 (quando inaugurou seu canal) até hoje 1770 vídeos - o que confere uma média de quase 1 vídeo a cada dois dias nos últimos oito anos. Segundo uma pesquisa da *Social Breakers*, o presidente tinha em janeiro de 2018 6,9 milhões de seguidores nas redes sociais que participa (*Facebook*, *Instagram*, *Youtube* e *Twitter*) e passou para 17, 1 milhões<sup>1</sup> em outubro desse ano. Ainda que se possa questionar os métodos e as informações disseminadas, esses números já deixam claro a relevância que seu trabalho como produtor conteúdo: além de sedimentar sua presença muitos anos antes de sua eleição, Jair Bolsonaro conseguiu sintetizar e canalizar em sua figura de subjetividade o ponto de conexão entre as mais diversas redes anti-petistas que se solidificaram após as eleições de 2014. Seu discurso explícito contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus principais representantes já proferido há anos, ganhou espaço de forma exponencial com o impeachment da ex-presidente Dilma (2016) e com a prisão do ex-presidente Lula (2018), além de carregar abraçar temas ligados ao pensamento liberal que passaram a considera-lo como voto-útil.

Em um vídeo de 20 segundos divulgado por Bolsonaro em 2017<sup>2</sup>, o então candidato aparece exibindo um celular com milhares de grupos de Whatsapp e vestido com uma camisa de time de futebol, diz diante das câmeras: “Daqui a pouquinho já vou responder todo mundo, tá ok? Só vou tomar um café”. O linguajar informal e a qualidade amadora do vídeo, semelhantes a qualquer outro usuário qualquer, cria uma aproximação mais direta com seus usuários do que a comunicação institucional de uma campanha convencional - ainda que, naquele momento, ele não estivesse “oficialmente” em campanha. O vídeo também revela a importância massiva do uso do Whatapp em contato com grupos geridos por seus apoiadores, fatores que levantaram suspeitas do TSE a respeito dos disparos impulsionados<sup>3</sup>.

A rede articulada pelo Movimento Brasil Livre (MBL) também é outro sinônimo de uma presença constante de conteúdos que garantiram a eleição com quase meio milhão de votos cada, de dois dos seus principais representantes: Kim Katarigiri como deputado federal e Arthur “Mamãe Falei” como deputado estadual, ambos pelo Partido dos Democratas (DEM). Kim é um dos coordenadores do MBL e ganhou notoriedade durante as manifestações a favor do impeachment da Dilma Rouseff pouco após sua posse em 2015, assim como também produziu conteúdos sobre pautas específicas como favoráveis a PEC do Teto e a reforma da previdência, assim como comentários gerais sobre os mais diversos acontecimentos políticos. Construídos com uma estética de *jump cuts* (cortes rápidos na imagem), bem característica dos *youtubers*, seus vídeos também procuram oferecer ao usuário uma explicação dinâmica sobre como se dão os funcionamentos de leis, a participação dos partidos nas pautas e votações na Câmara e no Senado para, por fim, fornecer a opinião que ele e, por consequência, o MBL tem sobre as questões debatidas - ainda que esse recurso seja construído retoricamente ao longo do vídeo. Quando circulam no *Facebook*, os vídeos também são editados de uma forma que frases que resumem os assuntos-chaves das questões tratadas acima e abaixo da imagem - facilitando o acesso ao conteúdo sem áudio e seu compartilhamento.

O Arthur “Mamãe Falei” iniciou seu canal de comentários políticos sobre leis, direitos trabalhistas, impostos e outros temas em 2015 e hoje possui cerca de 2,5 milhões de inscritos. Como estratégia de engajamento, Arthur começou a gravar vídeos para mostrar sua infiltração em manifestações com pautas progressistas, movimentos sociais ou a favor do PT para questionar alguns dos seus participantes sobre os temas os quais estavam ali defendendo. Ao contrário dos vídeos gravados perante as câmeras e que são planos longos e sem cortes, seus vídeos nas ruas mostram diversos fragmen-

1 Disponível em : <http://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2018/10/28/o-conteudo-acima-de-tudo-a-comunidade-acima-de-todos.html> Acesso em: 02.12.2018

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O-Nrkt7ZLBO> Acesso em: 02.12.2018

3 Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5940737/bolsonaro-passa-responder-mais-duas-acoes-no-tse-por-caso-whatsapp> Acesso em: 03.02.2018

tos editados nos quais os entrevistados respondem seus questionamentos com imprecisão ou sem conhecimento sobre o assunto, reforçando assim, seu argumento inicial de que essas pautas trazem contradições, que seus manifestantes são intolerantes (Arthur foi hostilizado diversas vezes) e/ou que

seus defensores não sabem do que falam. Diante da montagem, a seleção dos trechos ou a exclusão de debates producentes e bem argumentados é algo bastante questionável, mas não há dúvida que essa estratégia é aprovada por seus seguidores e colaborou para o fortalecimento de sua rede.

### APONTAMENTOS FINAIS

Ainda que vários outros exemplos ainda existam, os contidos aqui representam algumas mudanças estruturais claras nas relações políticas das redes e no marketing eleitoral. O vácuo que havia entre candidatos e a mídia no período entre as eleições não é mais uma realidade: muitos dos políticos eleitos utilizaram as redes sociais de forma intensa muito antes das eleições, construindo uma base sólida de seguidores/apoiadores baseada na reputação que constroem na serialização de seus conteúdos – diários ou quase - nas redes. Esse novo espaço público adquire uma relevância seminal nas relações de poder contemporâneo e, nesse momento, concordando ou não com seus discursos, o poder foi transferido para aqueles que se articularam pragmaticamente a essa demanda de uma parcela da população.

De forma transversal, temos o desafio de criar culturas e disseminar conhecimentos para que todos percebam cada vez mais os funcionamentos das plataformas, assim como estimular uma postura crítica e investigativa que não ceda a desonestidade intelectual por preguiça de buscar a veracidade das informações. Para continuar assegurando a democracia, precisamos estimular a busca de uma alteridade não-mediada por terceiros nas redes, rompendo as bolhas das redes para ouvir e conhecer outros usuários e redes que não temos afinidade política, para estimular e visualizar os problemas reais e a aproximação de temas e opiniões em debates possíveis – abatendo assim as sombras que emergem de uma caverna iluminada que passa literalmente por nossas mãos. ■

# Em busca do estado solidário

**Diógenes Sandim Martins**  
Médico sanitarista e coordenador institucional da Fundação 1º de Maio

**E**nquanto sociedade, sentimos que estamos cada vez mais despreparados para enfrentarmos os grandes desafios do novo Milênio. Ou seja, o impacto da revolução da informação e comunicação, das biotecnologias, o desafio da globalização, as grandes mudanças necessárias do estado social – designadamente no campo da saúde e da segurança social – ao tremendo problema da educação, da exclusão social e de como criar mais oportunidades para todos.



As propostas do Solidariedade, sustentadas em novos conceitos de cooperação embasados no paradigma do Humanismo Sistêmico, formulam um inédito ideário de partido político que busca dar respostas coerentes a estes desafios, contrapondo, porém, aos dois marcos ideológicos de concepções que abarcam as organizações de Estado no mundo hoje: *concepção individualista ou coletivista do homem*. No curso da história moderna, a ênfase desmedida em uma ou outra concepção tem levado a sistemáticos desencantos na governabilidade política das nações, de modo que não estamos conseguindo perceber as velhas contradições serem superadas no processo civilizatório contemporâneo e isto tem provocado uma deterioração na percepção da Democracia em escala global.

Uma nova cultura se esboça no mundo e encontra-se representada por uma narrativa além da esquerda e da direita, focada no Humanismo contemporâneo integrado ao Pensamento Sistêmico. No entanto, não conseguimos ver suas aspirações representadas no modelo constitucional democrático do mundo ocidental - berço da cultura política democrática e da Social Democracia do mundo moderno. Isso, a meu ver, porque a prática política no mundo insiste em permanecer numa conserva ideológica bipolar: *concepção individualista ou coletivista do homem*. Por outro lado, o velho conservadorismo que sempre aparece nos momentos de crise como esta que estamos atravessando, reage exigindo mais segurança e mais ordem frente a tudo que lhe perturba, decorrente da luta dos contraditórios num processo natural de transformação histórica.

Estamos no limiar de um salto historicamente qualitativo na cultura política das nações, no entanto, é necessário que lideranças e intelectuais orgânicos desse novo paradigma cerrem fileiras em busca de apoios estratégicos para o rito de passagem da modernidade para a pós-modernidade civilizatória do planeta. Encontramos nos meio desses paradoxos por falta, desde o Iluminismo, dê ter dado a verdadeira ênfase na dimensão hu-

manística em todos os momentos de ruptura revolucionária de nossa história. Essa dimensão sempre foi usada como bandeira, mas os “revolucionários” quando alçados ao poder, tais princípios sempre foram esquecidos. Nessa derradeira transformação civilizatória, que ora nos cerca, não podemos perder a oportunidade de fundamentá-la profundamente na ontologia do humano, em sua natureza estruturante comum e que é inerente a todos.

“

**Uma nova cultura se esboça no mundo e encontra-se representada por uma narrativa além da esquerda e da direita, focada no Humanismo contemporâneo integrado ao Pensamento Sistêmico.**

### **Por que as várias propostas ditas revolucionárias do século XX falharam na dimensão do humanismo?**

Se buscarmos uma resposta descompromissada com as insistentes teses filosóficas “contratualistas,” entenderemos que o humanismo se perdeu por ter sido pensado e *constituído em pressupostos fora da curva evolutiva do ser humano*. Embora o foco fosse sempre o *bem-estar do ser humano*, a *questão estratégica sempre foi o poder e sua manutenção, em decorrência da necessidade de impor derrotas permanentes às forças inimigas*.

Atualmente, para resgatar a dimensão humana em qualquer ação política, é necessário recorrer a história evolutiva do humano. É na ontologia dessa história evolutiva que podemos recompor o caminho de uma transformação qualitativa em nossa história social.

O humano surge na história evolutiva a qual pertencemos na conservação de um modo de viver particular, centrado no *compartilhamento recorrente*, ou seja, no conversar. Portanto, por meio da *linguagem* e do diálogo. O que nos torna humano é a linguagem e o que tornou possível a linguagem foi o modo de viver. Sem uma história de interações suficientemente recorrentes, abran-

gentes e exitosas, em que haja aceitação mútua em um espaço aberto às coordenações de ações, não teria surgido a linguagem. Portanto ela só pode surgir com ações recorrentes, possíveis com a cooperação<sup>1</sup>. A cooperação está no *intrínseco do humano*.

É nessa condição que surge a solidariedade como um dos elementos fundantes do social. A solidariedade precisa da mediação das palavras (linguagem) e do diálogo para poder generalizar-se. A Solidariedade procura tomar como ponto de partida as diferenças - uma pluralidade humana considerada irreduzível. Perante a impossibilidade de falar de uma natureza que nos unifique, Arendt pensa na condição humana em função da categoria de pluralidade. “A *pluralidade* é a condição da ação humana, pois todos somos os mesmos, isto é, humano, e, portanto, ninguém é igual a qualquer outro que tenha vivido, viva ou viverá jamais”<sup>2</sup>. Existe mais diferença do que identidade essencial. A ação e o diálogo não são luxos desnecessários, mas sim, elementos constitutivos desse “plural” que somos. A condição humana pode realizar-se a partir do momento em que participamos do âmbito da vida ativa, no qual os vínculos devem ser necessariamente mediatizados pela palavra (único modo de garantir a **exclusão da violência**). A dialogia é a ciência esquecida a ser resgatada para construirmos o futuro da Humanidade.

Historicamente, a sociedade sempre esteve em um movimento pendular entre a promoção da concepção individualista ou coletivista, expressas na sociedade como cultura, e no governo como esforço de Estado. Essa desmedida acontece com a filosofia do individualismo que suporta o “contratualismo” tanto de Hobbes como Rousseau. Há notáveis diferenças entre os dois, mas unem-se na negação da sociedade como algo natural. Ambos partem de um suposto estado pré-social do homem, de paz (Rousseau) ou de luta (Hobbes). No modelo contratualista, o indivíduo é responsável pelo interesse pessoal, enquanto que o Estado deve ser pelo interesse público. A iniciativa é dirigida para o bem particular, enquanto a ação do Estado pelo interesse público. Assim, não sobra lugar para a solidariedade<sup>3</sup>.

A atitude contrária é a coletivista, em que a pessoa não se apresenta como realidade independente e autônoma - atributos que só se aplicam à sociedade. Uma posição que leva a que o âmbito público absorva o privado, e o indivíduo se dissolva no todo social. Foi nessas condições que acompanhamos a maior revolução do século XX, a partir de 1917 na Rússia, com a experiência do “socialismo real” na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Uma experiência historicamente derrotada que ainda permanece no campo das ideias como modelo a ser insistido como progressista. Não é mais, já o foi no seu tempo, enquanto formulação epistêmica de um novo paradigma. No poder, experimentado em vários países no decorrer do século XX, não deu conta da superação da in-

felicidade humana e de construir a paz entre as nações. Muito pelo contrário, ao assumir a necessidade de combater o inimigo em seu campo de domínio, usando suas próprias regras de guerra, acabou por assemelhar por completo aquilo que antes resistia, assumindo todas as suas qualidades negativas e destrutivas, as mesmas que queria abolir.

Temos que achar novos paradigmas que promovam a superação das contradições contemporâneas e que possam apontar para uma pós-modernidade, em que o homem possa viver suas aspirações individuais sem perder o sentido estratégico de sua própria sobrevivência, que é o bem comum.

A meu ver, a solução passa por acentuar a *dignidade do homem*, sem esquecer o seu lado social; não opor o interesse individual ao da sociedade, antes, procurando incentivar os múltiplos modos da sua frutuosa coordenação de ações recorrentes, possíveis com a cooperação. Aqui, entra o bem comum<sup>1</sup>. A ação do homem é livre e pessoal, mas na medida em que se relaciona com os outros, não pode desinteressar-se do bem comum.

Um bem comum que não é, como sustentam os utilitaristas, a soma dos bens de todos os membros da sociedade. Nem um conjunto de bens e serviços colocados à disposição de todos (os “bens públicos”). O bem comum da sociedade civil é “o conjunto de condições de vida social que tornam possíveis as associações e, a cada um dos seus membros, a realização mais plena e mais fácil da sua própria perfeição”<sup>4</sup>.

“

**Temos que achar novos paradigmas que promovam a superação das contradições contemporâneas e que possam apontar para uma pós-modernidade, em que o homem possa viver suas aspirações individuais sem perder o sentido estratégico de sua própria sobrevivência, que é o bem comum.**

“

**Uma nova cultura se esboça no mundo e encontra-se representada por uma narrativa além da esquerda e da direita, focada no Humanismo contemporâneo integrado ao Pensamento Sistêmico.**

Cabe ressaltar que tanto o contratualismo individualista como o coletivista estão submetidos a cultura da competição como lugar central do desenvolvimento. Uma visão contemporânea substancialmente diferente do primado da competição como motor do desenvolvimento é a do biólogo chileno Humberto Maturana Romesín. Maturana parte do princípio de que o ser humano é inerentemente cooperativo e não competitivo.

Quando afirmamos que o indivíduo humano se realiza na defesa competitiva de seus interesses, é porque não nos damos conta de que toda individualidade é social e só se realiza quando os interesses dos outros seres humanos que a sustenta inclui cooperativamente em seus interesses. A competição não funda o social e nem constitui o humano. A conduta social está fundada na cooperação e na solidariedade, e não na competição. O que Maturana ressalta é que o fenômeno da competição não se dá no âmbito biológico. Se-

res vivos não humanos não competem. Se dois animais se encontram diante de um alimento e somente um come, isso não é competição, porque não é central para o que come o fato de que o outro não coma. No âmbito humano, ao contrário, a competição constitui-se culturalmente quando parte do fato de que é fundamental, para constituir o modo de relação, que o outro não obtenha o que alguém obteve. Assim, a competição parte do pressuposto de que deve ter ganhadores e perdedores. A competição é ganha quando o outro fracassa diante de nós e se constitui em escala ampliada quando a perspectiva de que isso ocorra de fato torna-se culturalmente desejável. Maturana observa ainda que a competição não participa da evolução do humano, que, por sua vez, se dá pela conservação de um modo de vida, no qual o universo vocabular pode surgir. A linguagem não poderia ter surgido na competição, portanto, a competição não pode ser constitutiva do humano.<sup>5</sup>

Toda realidade humana é social. Então só somos indivíduos, pessoas, enquanto somos seres sociais na linguagem. “Nossa individualidade como seres humanos é social e, ao ser humanamente social, está imerso em nosso ser a linguagem”<sup>6</sup>. Em suma, existimos como seres humanos somente em um modo social que, definido por nosso ser na linguagem, é um meio no qual realizamos e no qual conservamos nossa organização e adaptação.

Porém, é preciso ter presente que, embora a realidade humana seja social, nem todas relações humanas são sociais, tão pouco todas as coletividades humanas, porque nem todas se fundam na operacionalidade da aceitação mútua. Distintas emoções especificam distintos domínios de ações. De modo que coletividades humanas constituídas em outros domínios de ações que não o da cooperação e do compartilhamento solidário não se constituem em comunidades sociais. A cooperação não se dá nas relações de dominação e submissão, sendo que a obediência não é um ato de cooperação<sup>7</sup>.

Baseado nesses princípios, e pelas condições históricas que nos encontramos, a busca do consenso pelo diálogo solidário implica em ações táticas e estratégicas em busca da conquista hegemônica cultural por meio do legado da natureza humana (cooperação), como eixo central de reflexão para uma transformação social pós-moderna.

A busca por um desenvolvimento econômico, humano e social sustentável e, de acordo com nossos princípios, essa condição só poderá se organizar

na experiência do viver, imersa nas ordenações de ações recorrentes no espaço relacional. É nesse entrelaçamento entre a linguagem e a emoção, que geramos um mundo em constante conversação e de trocas recíprocas. O legado que podemos deixar para os outros se dá na relação cotidiana, de forma que nós podemos gerar e operar em favor de um outro mundo. O futuro que vamos deixar é fabricado na convivência do aqui e agora. A sustentabilidade, seja econômica, humana e social, precisa ser construída sob um compromisso transdisciplinar, incorporando um valor de conduta ética no espaço relacional. Para se ter alcance social em larga escala, tais condutas devem estar fundadas na ontologia constitutiva do humano. Nossa ontologia constitutiva, como afirma Maturana, é de sermos seres amorosos. Falamos em biologia do amor, o amar-ação. Toda conduta ética está relacionada ao ato de amar. A partir desta conduta pode-se estabelecer o entendimento entre a pluralidade de vivências e convivências que pressupõe o dissenso. Nisso, encontra-se os princípios da ciência dialógica. O que existe na democracia é o dissenso, o contraditório, a formação de maioria pelo entendimento e conquista cultural hegemônica.

O objetivo do Movimento Solidariedade enquanto partido, é ampliar a divulgação das ideias que, hoje, se somam a de Humberto Maturana e outros, sobre solidariedade, cooperação e capital social. A partir daí, poderemos formar bases sólidas para uma inovadora concepção de desenvolvimento – O Desenvolvimento Humano e Social Sustentável.

## A questão do Estado

O Estado brasileiro tem que ser repensado de forma a permitir que cada cidadão possa exercer a sua capacidade de ser o melhor juiz, mesmo que frequentemente falível, do seu próprio bem. Tem de ser repensado de forma a evoluir do Estado Social burocrático para o Estado Solidário.

A nossa Constituição cidadã em seu artigo 3 nos fala da construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A solidariedade enquanto princípio

constitucional, se interrelaciona aos direitos fundamentais. Se o princípio constitucional da solidariedade fundamenta nossa Constituição como direito de quarta dimensão, falta muito para sairmos das amarras burocráticas de um Estado Social, ainda muito longe do Estado Solidário

O Estado Solidário é um Estado de quem se exige que garanta todos os cidadãos a liberdade de escolha entre serviços que satisfaçam os seus direi-



Sob o comando do “Senhor Diretas” ou “o Grande Timoneiro” e presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP), a “Constituição Cidadã”, como ele a chamou, foi promulgada há 20 anos. Na ocasião, Ulysses pronunciou as palavras históricas: “Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”

tos fundamentais, independentemente da titularidade estatal ou não estatal de quem o presta. É, portanto, um Estado de Solidariedade, mas subsidiária face a todas as iniciativas dos cidadãos que tenham em vista responder as necessidades concretas das pessoas, de uma forma mais próxima, mais humana e mais responsável, e, por isso, também mais eficiente e eficaz.

É um Estado que promove e cria meio capazes de fomentar a autoafirmação dos cidadãos e dos corpos sociais intermediários, ao mesmo tempo que os responsabiliza pelos seus atos, sabendo encontrar o equilíbrio certo entre a vontade individual e a vontade coletiva. Quando o exercício de um direito estiver em risco por falta de meios, o Estado Solidário tem a obrigação de garantir recursos econômicos que possibilitem esse direito.

É uma definição do maior ou menor grau de liberdade de escolha que se deseja garantir a todos e, portanto, na definição da quantidade de recursos econômicos que deve ser transferido entre cidadãos, por meio dos impostos ou por outros meios apropriados, que deverão ser encontradas as diversas sensibilidades à solidariedade e à forma de realizá-la na prática e, por conseguinte, as diferentes propostas Político-partidárias.

O Estado Solidário é, neste sentido, patrimônio de todos os partidos políticos para quem a liberdade de escolha seja a pedra angular na qual se constrói o bem de cada pessoa e

o bem comum da sociedade. O Estado Solidário situa-se a montante dos programas políticos partidários. Já em termos Constitucionais, é natural que possam surgir, neste ou naquele tema, exigências de aperfeiçoamento e modernização ou mesmo correção da Constituição.

O Estado Social da segunda metade do século XX e seus agentes criaram uma rede de interesses e de subvenções, bem como desenvolveram retóricas que justificam suas próprias existências, atuando numa teia intrincada de difícil compreensão, ainda assim perceptivelmente incongruente com muito dos fins que assume perseguir.

O Estado Solidário tem na sua origem uma proposta de parcerias de compromisso com os cidadãos e instituições, com um mandato claro: a garantia da liberdade de escolha mediada pelo diálogo, e dos seus direitos que a protegem, como única forma de maximizar o bem de todos os cidadãos. O tipo de atuação do Estado, o seu nível de ação e o seu grau de intervenção obedecerão, em cada momento histórico, ao cumprimento desse mandato.

O Partido Solidariedade tem como uma das suas primeiras propostas programáticas a busca de uma CONCERTAÇÃO NACIONAL que promova, por meio do diálogo e compromisso em favor do bem comum, as bases para a organização de uma sociedade livre, justa e solidária em direção a um Estado Solidário, conforme principia nossa constituição.

## Referências

Nota 1: **MATURANA, H.R.** Biologia del Fenómeno Social. 4. Ed. SANTIAGO. Editorial Universitária, 2006. P. 69-83

Nota 2: **HANNAH ARENDT.** Ed.13, Nova edição (24 Agosto 2016)

Nota 3: **UM HUMANISMO INTEGRAL E SOLIDÁRIO-** Compendio da Doutrina Social da Igreja. Ed. 7, Janeiro de 2011. Editora Paulinas

Nota 4: **CHRISTIAN FELBER** – A Economia do Bem Comum- Editorial Presença, 2017

Nota 5: **AUGUSTO FRANCO** – Escola de Redes HYPERLINK "<http://contexto4.blogspot.com/2008/05/7%20-competio-ou-cooperao.html>"  
<http://contexto4.blogspot.com/2008/05/7-competio-ou-cooperao.html>

Nota 6: **MATURANA, H.R.** Desde a Biologia a Psicologia- Editorial Universitária, 2006

Nota 7: **5) AUGUSTO FRANCO** – Escola de Redes HYPERLINK "<http://contexto4.blogspot.com/2008/05/7%20-competio-ou-cooperao.html>"  
<http://contexto4.blogspot.com/2008/05/7-competio-ou-cooperao.html>

Foto: Agência Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2U9C2De>. Acesso em 26.02.2019

## Realização:

### Fundação 1º de Maio

Samanta Costa • Presidente

Sandoval Fernandes • Vice-Presidente

Guilherme Martinelli • Diretor Executivo

Flávio Nogueira • Diretor Técnico

Maria Izabel Simões • Diretora Financeira



[www.fundacao1demaio.org.br](http://www.fundacao1demaio.org.br)



[/fundacaodemaio](https://www.facebook.com/fundacaodemaio)



[Fundação 1º de Maio](https://www.youtube.com/Fundação1ºdeMaio)



[/fundacao1demaio](https://www.instagram.com/fundacao1demaio)

Rua Antônio Tavares, 173 – Cambuci - São Paulo/SP - CEP 01542-010 - (11) 3207-1210